



UNIÃO  
DEMOCRÁTICA  
POPULAR  
VII  
CONFERÊNCIA  
NACIONAL



AFIRMAR  
A DEMOCRACIA  
ENFRENTAR  
A AUSTERIDADE

# **Teses Aprovadas**

## # TESES APROVADAS

NA VII CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP, 2 e 3 de junho de 2012



# **Tese 1:** *O Império estremeceu, a Europa caiu, as Democracias afunda.....* pp. 3-15

# **Tese 2:** *Espectro político na Europa: entre a resignação e a indignação* pp. 16-29

# **Tese 3:** *Por uma maioria social contra a austeridade.....* pp. 20-25

# Tese 1: O Império estremeceu, a Europa caiu, as Democracias afundam

Sempre que o capital encontra barreiras à sua acumulação, e porque não há situações absolutamente sem saída, engendra formas de transcender essas mesmas barreiras. A já chamada segunda grande depressão, depois da crise de 2007, é um catalisador de mudanças globais: no imperialismo, nos Estados, no regime social.

## 1. A CRISE FINANCEIRA DE 2007 ESTALOU NO CENTRO DO IMPÉRIO.

Depois de circular entre setores e continentes (México 1994, Leste e Sudeste Asiático 1997-98, Argentina 1999-2002, América do Sul 2002) a primeira crise chega global chega ao coração do império.

**1.1. Foi o neoliberalismo que conduziu o capitalismo à sua primeira crise global.** A partir dos anos 70, perante os choques petrolíferos e a diminuição de rentabilidade do capital, juntamente com os progressos tecnológicos que permitiram a globalização financeira, a nova ideologia do capital tinha apenas duas regras: liberdade total para o capital através da liberalização, desregulamentação e offshorização dos negócios; e imposição de limites claros à intervenção pública na economia, através da delapidação dos sectores públicos, privatizações em massa, abertura fiscal e adopção de espartilhos macroeconómicos.

**1.2. A Escola de Chicago** e os seus liberais monetaristas pavimentaram com teoria económica os caminhos da nova era do imperialismo global. Duas ideias centrais alimentaram o pensamento neoliberal: a crença nas infinitas capacidades do mercado para se auto-regular através do comportamento sempre racional dos agentes económicos; e a ideia da ineficiência e inoperância do Estado, ou seja, a noção de que há um conjunto de instrumentos macroeconómicos (nomeadamente, a política monetária) que devem ser estabelecidos fora “do poder discricionário dos governos”.

**1.3. O neoliberalismo deixou o capital financeiro à solta**, no que se chamou a financeirização da economia. Em 2007, o capital em circulação era oito vezes superior ao PIB mundial e crescia a um ritmo cinco vezes mais rápido do que a economia global. O mercado de derivados representava, em 2008, um valor equivalente 802% do PIB mundial.

**1.4.** A hipertrofia do sistema financeiro dava sinal de uma outra consequência da globalização capitalista: a competição pelos excedentes do processo produtivo. Ou

seja, a disputa do próprio capital entre reinvestir os ganhos no processo produtivo com taxas de lucro cada vez mais baixas e a longo prazo ou desvia-los para a especulação financeira, mais arriscada e por isso mais lucrativa a curto prazo.

**1.5. A alta rentabilidade produzida na economia de casino gerou a bolha imobiliária** que viria a explodir nos EUA em 2007. As taxas de juro eram baixas e as famílias eram constantemente convidadas a contrair empréstimos para comprar casas. Com o aumento da procura, as empresas de construção lucravam e os Estados também. Os preços das casas subiram artificialmente para além do seu valor real. Mas para a inesgotável sede do sector financeiro os juros dos créditos concedidos não pareciam lucro que bastasse. Para aumentar a rentabilidade do negócio, criaram uma forma de apostar em bolsa as dividas das famílias, transaccionando os direitos sobre os lucros obtidos com os créditos através de produtos financeiros estruturados.

**1.6.** À medida que a procura por créditos diminuía, e com acesso a dinheiro barato, os bancos foram facilitando as condições de atribuição dos empréstimos a pessoas que não tinham condições de os pagar. Assim nasceram os empréstimos tóxicos, depois encaixotados em produtos financeiros para serem jogados em bolsa.

**1.7.** Apesar do aumento no preço das casas e do fácil acesso ao crédito, os salários mantiveram-se estagnados durante este auge do sector imobiliário. Não tardou até que as famílias deixassem de poder pagar os preços inflacionados das casas. Nessa altura, os preços caíram, as casas perderam valor até que passaram a valer menos do que os empréstimos contraídos para as pagar. As famílias deixaram de ter forma de garantir os seus empréstimos e, com uma taxa de endividamento elevada, acabaram por entrar em incumprimento. Os bancos deixaram de receber os juros e, consequentemente, os produtos financeiros que incluíam os créditos hipotecários malparados perderam o seu valor. A crise de confiança ditou uma contracção no crédito, os juros dispararam, ninguém se arriscava a emprestar dinheiro porque não se sabia quem seria o próximo a falir.

A falência do banco Lehman Brothers marca o início da intervenção pública na crise dos privados. Simbolicamente, 15 de Setembro de 2008 marca a evolução do crash imobiliário para a crise de todo o sistema financeiro. A partir daí a dívida privada foi convertida em dívida pública, com a injeção de quantidades massivas de liquidez no sistema financeiro.

**1.8.** Primeiro nos EUA, depois na Europa, as instituições financeiras “too big to fail” (JP Morgan, Citigroup, Goldman Sachs, Morgan Stanley, nos EUA) muitas delas co-responsáveis pela crise, foram sendo salvas, resgatadas e nacionalizadas com o dinheiro dos contribuintes. Entre setembro de 2008 e março de 2012 o tesouro americano injectou mais de 700 mil milhões de dólares em 87 instituições financeiras. Muitas delas continuaram a pagar bónus milionários aos seus gestores. Os Estados investiram em activos tóxicos para os retirar do mercado financeiro e tentar

recuperar a confiança dos mercados. A socialização dos prejuízos ditou a regra. Afinal, o mercado precisava do Estado.

**1.9. O casino vivia da confiança** que os investidores tinham na rentabilidade dos produtos financeiros. Quebrada a ilusão, o mercado financeiro percebe que vai nú e entra em colapso. Este é o começo da crise, mas o que ficou conhecido como a crise do subprime nos EUA foi na verdade apenas a primeira etapa da catástrofe económica e social a que assistimos hoje na Europa.

## **2. EUROPA: ELO FRACO DO IMPERIALISMO GLOBAL**

No sistema capitalista em constante expansão e profundamente criativo na incessante procura de lucro, a globalização forneceu ao capital o aperfeiçoamento necessário das formas de exploração do mundo do trabalho. A transnacionalização dos monopólios, o híper desenvolvimento dos mercados financeiros e a descentralização da produção permitidas pela livre circulação de mercadorias e de capitais marcam o que a UDP ousou chamar “imperialismo global”.

**2.1. O imperialismo global** caracterizava inicialmente um mundo dominado pela superpotência Estados Unidos em tríade com a União Europeia e o Japão e associação com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comercio. Entretanto, a emergência dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) não iludiu a nossa análise sobre a evolução e o carácter do imperialismo global. O interesse das burguesias mundiais vive também da ascensão destas potências e estas vêm apenas introduzir novos elementos no imperialismo e novas contradições.

**2.2. O G2 China-EUA** consolida-se como novo eixo do imperialismo simbolicamente por ocasião da Cimeira de Copenhaga (2009). Com a deslocação do centro geopolítico e geoeconómico para o pacífico, a Europa perde posição no xadrez global. É flagrante no novo conceito estratégico da NATO (2010) que os EUA querem dividir os pesados custos políticos e militares da política da guerra. A dependência da UE face à estratégia da NATO é gritante.

**2.3. O agonizar da estratégia social-liberal é o desastre europeu.** A União Europeia alicerçou o seu plano comercial, como grande mercado, na estratégia de liberalização da OMC. Competindo com países como a China (membro da OMC desde dezembro de 2001) onde a taxa de exploração é imbatível e os padrões sociais e ambientais muito baixos, a UE nunca conseguiria ser bem sucedida. A Estratégia de Lisboa (2000) assentava na ilusão de que por essa via a UE iria fornecer, no prazo de dez anos, um modelo alternativo. Mais de dez anos passados, cumprida apenas nos aspetos relativos à liberalização e caída a máscara social das medidas incumpridas ao nível do investimento público, impedido pela lógica do Pacto de Estabilidade e Crescimento, a realidade veio a revelar que é a Europa, num processo catalisado pela crise, que está a ser pressionada pela americanização/asiatização da economia e do trabalho.

A Europa perdeu a batalha da liberalização dos mercados perante a concorrência de Estados com maiores taxas de exploração e com grande capacidade de produção para o mercado global. O empobrecimento dos povos europeus e a decorrente destruição da procura interna será a ruína do outrora promissor “grande mercado europeu”.

**2.4.** A União Europeia nasce do confronto entre o programa neoliberal (vencedor) e a resistência do Estado Social herdeiro das lutas de classes depois da II Guerra Mundial (vencido). Ou seja, a União Europeia é verdadeiramente filha do pacto entre a direita e a social-democracia e do embuste que significou a terceira via. Os caminhos da integração europeia percorrem a genealogia da degenerescência da social-democracia e do surgimento do social liberalismo.

### **3. A AUSTERIDADE É A RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL E O MODELO SOCIAL EUROPEU É O ALVO**

Em poucos anos, a crise financeira privada norte-americana transformou-se milagrosamente na crise económica no sector público europeu. Pelo meio, uma nova ideologia vai ganhando contornos, alterando a relação de forças na luta de classes de forma a permitir que das perdas se façam lucros, aumentando a taxa de exploração para uma transferência directa do trabalho para os mercados financeiros. Para o capital, a fórmula de Midas, transformar a miséria em ouro, nunca foi um mistério.

O empobrecimento geral do povo é a estratégia de acumulação da burguesia nos países intervencionados, onde os juros da dívida são tributo de uma guerra contra o modelo social europeu. A austeridade tem um só rumo: a transferência de riqueza do trabalho para o capital

**3.1. Elo fraco do imperialismo, é na Europa onde a crise chega mais forte.** A estratégia de recomposição do capital não tolera a sobrevivência do modelo social europeu. Sem possibilidade de recorrer à impressão de moeda, os Estados hipotecaram as suas contas públicas para financiar os resgates dos bancos em dificuldades.

**3.2. Na Europa só se salvaram os bancos.** A lista de bancos nacionalizados e injetados com capital público já vai longa Royal Bank of Scotland, Northern Rock, no Reino Unido; Bank of Ireland, Allied Irish Banks, Anglo Irish Bank, Irish Life and Permanent, Irish Nationwide Building Society, EBS Building Society, na Irlanda; IKB e Commerzbank, na Alemanha; Ethias, Fortis e KBC, na Bélgica; ABN Amro, na Holanda; Bankia, Caja Castilla La Mancha, Cajasur, CAM, Catalunya Caixa, Unnim e NovaCaixaGalicia, no Estado Espanhol ... e o BPN em Portugal.

**3.3.** O monetarismo só abre exceção para financiar a banca. Sem acesso ao crédito, sem liquidez, as economias começaram a contrair. A banca acaba por ir buscar dinheiro onde ele existe e onde os Estados não podem ir: ao Banco Central Europeu. Os Estados e as demais instituições políticas europeias não podiam intervir na política rigorosa das regras pétreas do BCE, mas bastou a pressão de alguns bancos



privados e o BCE passou a comprar dívida pública no mercado secundário, mas nunca aos Estados da Zona Euro.

**3.4. Os Estados são o alvo do ataque.** Os mesmos bancos que recorreram ao BCE para se financiarem a taxas de juro de 1%, depois especularam sobre as dívidas soberanas competindo entre si para conseguir cobrar aos países as taxas de juro mais elevadas possíveis (7% no caso português).

**3.5.** Recuperadas de uma momentânea quebra de credibilidade, as três irmãs (Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings) retomaram a sua actividade de sentenciar vida ou morte na economia de casino. Através de avaliações muito rentáveis para quem especula (estas agências são também empresas com lucros para distribuir), as agências de rating baixaram sucessivamente as notações da dívida soberana primeiro da Grécia, depois de Portugal e de outros países da periferia da Zona Euro, determinando a subida insuportável das taxas de juro. Ganham os credores, ganham os clientes das agências, ganham os investidores em CDS (Credit Default Swaps).

**3.6.** A braços com a contracção da economia, e sem possibilidade de recorrer ao crédito, as empresas em dificuldades iniciam despedimentos em massa, muitas fecham portas. O consumo retrai-se e as receitas fiscais diminuem, à medida que os gastos para fazer face ao desemprego e à crise social aumentam. Esta espiral corrói as economias e leva sucessivamente a mais falências e mais crédito malparado. O problema já não são os activos tóxicos, o problema é que o sector financeiro suga todos os recursos disponíveis para recuperar dos seus prejuízos.

A “arte” do capital na recuperação desta crise foi a velocidade com que transferiu os prejuízos da crise para as costas de quem mais sofreu, socializando as perdas dos bancos; e a habilidade com que encontrou o seu filão de acumulação no negócio especulativo da dívida soberana.

**3.7. A intervenção da Troika** na Grécia, na Irlanda e em Portugal garantiu que os juros da dívida seriam uma corrente interrupta de transferência directa de capital do trabalho para os mercados financeiros. Os juros da dívida são o verdadeiro tributo de uma guerra que o capital financeiro declarou aos povos. Porque a dívida tudo justifica e a austeridade tudo submete, um novo regime social e económico nasce dos escombros dos direitos perdidos. O ataque ao salário e aos serviços públicos garantem a exploração máxima.

**3.8. A crise da dívida é a crise do Euro,** é a crise do projeto europeu. A coexistência de uma economia exportadora como a alemã e de economias com défice na balança comercial numa mesma União Económica e Monetária gerida em piloto-automático monetarista é geradora de novas contradições que degradam as economias mais fracas. O BCE foi criado sem conceito de desenvolvimento, à sombra de um desrespeitável Pacto de Estabilidade e Crescimento, e foi criado para favorecer

o crescimento e fortalecimento do euro a todo o custo – o monetarismo minou a moeda na sua própria base. O monetarismo saiu caro.

**3.9. Perante os ataques à periferia da Zona Euro, a resposta da UE tardou e revelou-se desastrosa (e desastrosa).** Foi preciso esperar pela tragédia grega para que alguma coisa se visse. Revisto em alta várias vezes, o FEEF (fundo europeu de estabilização e financeira) garantiu ter 480 mil milhões para emprestar aos países em dificuldades. O instrumento foi muito aplaudido, mas revelou-se inútil para travar a especulação sobre a dívida italiana e espanhola.

**3.10.** Outra das medidas tomadas foi a permissão ao BCE de comprar dívida pública nos mercados secundários, quando o risco de incumprimento grego se tornou uma inegável realidade. É a UE a responder à voz dos seus “donos”, dado que eram os bancos europeus os maiores detentores da dívida pública. Assistimos hoje a uma verdadeira “lavagem” do crédito: o BCE absorve a dívida pública de risco, injecta liquidez nos mercados financeiros a juros baixíssimos enquanto a troika vai garantindo que os contribuintes pagam com o seu salário os juros abusivos cobrados aos Estados. No final, os bancos retêm o capital e recusam-se a emprestar às economias estranguladas.

#### 4. DEMOCRACIAS A SAQUE

**Tecnicamente inúteis para o pagamento das dívidas soberanas, as medidas de austeridade escudam-se numa narrativa moral de castigo dos devedores para justificar todos os sacrifícios populares perante os credores externos e os instintos insondáveis dos mercados internacionais. O austeritarismo inaugurou a era dos governos Goldman Sachs.**

**A democracia ficou lá atrás. As democracias europeias estão a saque e a austeridade é um rumo sem data credível para terminar.**

**A propriedade pública ou semi-pública que restava da vaga neoliberal vai sucumbindo junto com os direitos sociais e laborais. O autoritarismo crescente nos Estados Europeus não apresenta fim à vista, num mundo em que o capitalismo autoritário chinês é o elemento emergente do imperialismo global e a Europa o elo fraco da cadeia.**

**4.1. A crise tem servido para configurar o cenário da inevitabilidade,** como argumento da direita para a conquista da hegemonia política e a procura do consenso social que adie a revolta e o surgimento da rua como ator político determinante. Omite-se, deliberadamente, que o caminho para a crise teve um sentido, esse sim único, que foi o da financeirização da economia e o da sujeição do interesse público ao dos interesses do lucro privado, como acontece com as verdadeiras rendas conferidas ao capital através das parcerias público privadas.

**4.2.** O conjunto de medidas que levam ao aumento dos impostos sobre o trabalho e o consumo básico e à diminuição dos salários e dos benefícios sociais,



consubstanciam uma política de concentração e de aumento dos rendimentos no topo da pirâmide social. Porém, a austeridade é apresentada como se o rigor na despesa pública fosse igual para todos os sectores sociais e económicos. Como se a exigência de “uma vida austera” se aplicasse da mesma forma a quem gasta a maior parte ou a totalidade do seu orçamento em necessidades básicas e a que cobre essas necessidades com uma ínfima parte do seu rendimento. Como se trabalho e capital fossem afetados de forma equivalente com o crescimento dos impostos, o aumento do desemprego, a degradação dos sistemas de proteção social e dos serviços públicos essenciais.

As políticas de austeridade, socialmente desequilibradas e economicamente empobrecedoras, servem a atual fase histórica do capitalismo global, marcada pela crise do neoliberalismo, que procura, dessa forma, reemergir da crise. Contudo, são apresentadas politicamente como inevitáveis e em nome do interesse nacional. A desconstrução da moralização e da inevitabilidade das políticas de austeridade constitui uma das tarefas centrais no combate à hegemonia política do capital.

**4.3. A construção do Estado social**, com a diversidade de regimes sociais, mais ou menos mercantilizados, em vigor nos diversos países europeus, ganhou particular relevo no pós-Guerra com as políticas keynesianas e os governos sociais-democratas pressionados pelo movimento operário e pelo espectro do socialismo. O Estado social é uma conquista do trabalho e a sua universalidade e dimensão estão essencialmente relacionadas com a capacidade social de luta para impor ao capital novos avanços no bem-estar dos cidadãos. Nas regiões do sul da Europa, dominadas até mais tarde pela economia agrária, pela ruralidade e pelo caciquismo, o Estado social surge também mais tarde e de forma mais rudimentar, ao mesmo tempo que as condições democráticas são igualmente mais débeis.

**4.4.** De facto, ao contrário dos que pensam que “quanto pior, melhor”, o Estado social criou um contexto de exigência de direitos democráticos e sociais universais, para todos/as. Quando, nos anos 80 do século passado, Margaret Thatcher desencadeia a primeira grande ofensiva neoliberal na Europa para o “roll back” nos sistemas sociais britânicos, os direitos sindicais e laborais sofrem de imediato um recuo brutal nas suas conquistas de décadas.

**4.5. Quanto mais intensa é a ofensiva para a destruição dos direitos sociais, maiores são os riscos que correm os direitos democráticos.** A gestão do conflito social através de sistemas de arbitragem, procurando evitar a radicalização da luta de classes, faz parte do conceito burguês de Estado social. Quando o capitalismo decide destruir o Estado social, quer dizer que o capital substituiu a “concertação social” pelo esmagamento autoritário e deliberado do trabalho. A destruição do Estado social diminui a democracia.

**4.6. O austeritarismo é isso mesmo.** A democracia ficou lá atrás. A social-democracia morreu, o social-liberalismo afundou com a derrota do neoliberalismo e a vertigem populista é historicamente a arma dos conservadores quando a fratura social se aprofunda e se expõe em toda a sua dimensão. A França que o diga. As lutas pelos direitos sociais e pela democracia vão sair juntas à rua, terão de se ampliar para serem radicais e ocuparem o primeiro plano no confronto de classes que já aí está.

**4.7. A chantagem da dívida é vingança contra os direitos conquistados.** Por vários países da Europa a dívida é o argumento para a implementação do austeritarismo; não só a nível económico, mas também a nível social, com um forte ataque aos direitos adquiridos, qual vingança de um sistema de valores que se sente todo poderoso face às vidas das pessoas.

**4.8. Em Julho de 2010 o “The Economist” escrevia com clareza sobre esta vingança contra o modelo social europeu: *A razão que leva os europeus a resistir para aceitarem que precisam de trabalhar mais e receber menos do Estado é que isso parece sinalizar um retrocesso abrupto no avanço de décadas [que os europeus levavam] no sentido de uma civilização sempre mais avançada: em resumo, [isso significa] o fim do progresso.***

**4.9.** Esta vingança contra os direitos adquiridos representa uma forte narrativa e a evolução para um regime mais autoritário e conservador no nível social e económico. Assistimos (e combatemos), então, a uma reestruturação da sociedade em benefício dos interesses dos grupos privados.

**4.10. O Pacto de Austeridade** que a União Europeia promoveu e 25 Estados membros assinaram estabelece-se como Convenção Internacional para contornar constrangimentos democráticos impostos aos Tratados Europeus. É um conjunto de regras acima da lei e, portanto, fora da lei. Este Tratado constitui uma eternização da austeridade, extingue a possibilidade de os diferentes Estados definirem os seus orçamentos de acordo com princípios que não os da consolidação orçamental, independentemente da sua legitimidade democrática, sem margem para políticas de estímulo à economia ou de criação de emprego. Estabelece a regra dos 0,5% para limite do défice, “custe o que custar” e constitui, do princípio ao fim, um atentado à democracia. Nenhuma adenda sobre crescimento poderá mascarar a natureza austeritária deste tratado.

## **5. OS PACOTES DE INTERVENÇÃO EXTERNA –QUEM SEMEIA AUSTERIDADE, COLHE RECESSÃO**

**5.1. Primeiro país a ser intervencionado, a Grécia vive hoje uma situação de tragédia humana,** com uma economia destruída e efervescência social. Foi com o PASOK (Partido Socialista Grego) que foi acordado o primeiro bailout, acompanhado com o compromisso de que o governo implementaria medidas de austeridade recessivas e violentas para o povo; a receita não foi diferente da que está a ser aplicada em Portugal: redução dos salários, liberalização e precarização do mercado

de trabalho, redução do investimento público, aumento de impostos e taxas de consumo.

**5.2.** Mas as pressões dos mercados e das agências de rating foram, de novo, mais poderosas que a vontade do povo e a classificação da dívida grega foi baixando constantemente até ao lixo. Novo programa de “resgate”, mais medidas recessivas para a economia e penalizadoras para a população. O suicídio foi a imagem da revolta de um povo que já não aguenta os ataques a quem não contribuiu para a crise; ao mesmo tempo, o grande capital continua intacto.

**5.3.** A Grécia ensina-nos uma grande lição sobre a insustentabilidade da austeridade. A condenação popular dos partidos que apoiaram a Troika e os resultados da esquerda abriram um novo espaço para a credibilidade das alternativas na Europa. O centro esvai-se quando o povo exige uma saída para a austeridade e para o empobrecimento. Hoje a Europa tem os olhos postos no Syriza e no seu programa para construir um Governo de Esquerda suportado por uma maioria social que recusa o protectorado. Ao recusar a saída do euro, o Syriza lançou o maior desafio à construção europeia. Realizadas sob chantagem, as eleições gregas de 17 de Junho poderão vir a ser a prova de fogo da união monetária e mesmo da integração europeia: deixar cair a Grécia pode até ser opção para alguns, mas não é solução para a Europa.

**5.4. Na Islândia prova-se que nem tudo o que parece é.** Este país é recorrentemente citado quando se discutem “resgastes” do FMI e da troika em outros países europeus, como um país cujo exemplo deve ser seguido, muito pela questão do não pagamento da dívida e pela acusação judicial (que acabou por ser provar infrutífera) contra ex-primeiros ministros, funcionários e banqueiros. Depois de um governo de direita que nacionalizou bancos e os seus prejuízos (dois dos três bancos nacionalizados já foram reprivatizados), acertando um resgate financeiro com o FMI, o debate que surgiu à volta da linha política seguida pelo governo eleito após as eleições antecipadas de Abril de 2008 foi grande, até esperançoso para alguns sectores mais reivindicativos.

**5.5.** Seria a Islândia o exemplo a seguir dizendo que não se pagava uma dívida que não era do povo? Sem ilusões, caiu um governo de direita para logo subir ao poder um governo de social-democrata, com o desejo de fazer “boa figura” perante a União Europeia e finança global.

**5.6.** Na verdade, o Estado não foi poupado aos ataques de um qualquer pacote de austeridade, com a desvalorização do salário e cortes nos serviços públicos; também é verdade que muitas políticas económicas e sociais são mais avançadas do que noutros países europeus a nível social, mas “menos austeridade” não é melhor que uma “austeridade cega”. O princípio de ataque aos direitos dos cidadãos e de destruição da economia é o mesmo, o caminho das privatizações é igual; enquanto socialistas não podemos aceitar uma austeridade mínima em nome da defesa da não austeridade.

**5.7.** Afinal era a social-democracia. Para além disto, o argumento de que a democracia directa teve, nos últimos anos, um reavivar na Islândia deve ser bem analisado. A Constituição redigida por 25 cidadãos independentes eleitos em democracia directa ficou aquém de muitas expectativas nas áreas económica e social.

**5.8.** O Presidente islandês decidiu referendar o pagamento das indemnizações aos bancos privados estrangeiros e o povo foi, mais ou menos massivamente, recusando. No entanto, as elites políticas sociais-democratas, pressionadas pelo capital financeiro e agências de rating, pressionaram, por sua vez, o povo para que invertesse o seu voto, recusando assinar as decisões que saíam dos referendos. No entanto, ao contrário do que tem sido dito, o que a Islândia pôs em causa foi o pagamento das compensações e indemnizações aos bancos privados estrangeiros. O mérito é do povo islandês, mas a dívida pública foi paga como manda o FMI. Assim, a questão islandesa deve ser analisada com precauções, sem saltar para conclusões de que o melhor exemplo de democracia e luta contra a troika reside naquele país.

**5.9. A Irlanda representa mais um exemplo de fracasso da austeridade.** Após 2001, a Irlanda experimentou um grande crescimento económico baseado na bolha de especulação imobiliária (que, através dos impostos, representava 18% das receitas fiscais do Estado); este crescimento foi acompanhado por um aumento massivo do endividamento das famílias, o que levou, por sua vez, ao endividamento dos bancos para conseguirem satisfazer as necessidades dos clientes. Quando, em 2008, a crise global estala, este sistema colapsou; com os bancos a falirem, o governo coloca o Estado como garantia do passivo de seis bancos privados, num valor de cerca de 70 mil milhões de euros.

**5.10.** Os bancos voltam a ser salvos! Para sustentar estes valores, houve cortes na despesa pública, aumento de taxas e impostos; ao mesmo tempo, o governo aceitou um empréstimo dado pelo FMI e EU no valor de 58 mil milhões de euros, com juros a 5,8%. No entanto, este valor circulou apenas para pagar a dívida às instituições financeiras estrangeiras; o ciclo austeritário começara. Com uma queda no investimento de, em 2006 e 2007, 48 mil milhões de euros, em 2011 o investimento apenas representava 18 mil milhões de euros; o desemprego atinge 15%, leva a cerca de 40000 pessoas a emigrar.

**5.11.** A Austeridade é um erro. Foi feita uma auditoria que provou que se estava perante uma crise da dívida privada, o valor da dívida pública não representava favor de crise. Esta auditoria revela que, ao contrário do discurso conservador instaurado, o problema não está nos direitos adquiridos nem no investimento público. Apesar disto, os governos irlandeses aproveitaram a narrativa da chantagem da dívida para implementar medidas que beneficiam apenas o sector privado.

**5.12.** Os resultados do pacote de austeridade? Mais austeridade: as previsões sobre o défice aumentaram (esperava-se 10%, verificou-se 10,3%), as projecções sobre o impacto da dívida para 2014 demonstram-se assombrosas (em 2011, esperava-se que a dívida representa-se 85,5% do PIB, em 2012 já se espera que chegue a 117% do

PIB), o sector exportador está em declínio. O FMI quis que este país fosse visto como o exemplo de sucesso das medidas de austeridade para sair da crise. Apenas mais uma prova de que a receita da austeridade não pode resolver a crise, apenas a agrava.

Sabendo que ninguém está a salvo, que futuro para a Europa do Sul? A crise espalha-se e a chantagem da dívida que só é resolvida com austeridade já fez com que países não intervencionadas, à vista das ameaças das agências de rating, apliquem planos de austeridade tão ou mais violento dos já aplicados pela Troika, como medida de prevenção da própria crise. Só que a austeridade só leva a mais austeridade e recessão.

**5.13. No Chipre os pacotes austeritários são aplicados por um governo supostamente à esquerda**, com o acordo dos partidos centristas, reduzindo salários, cortando na despesa pública (com impactos graves na saúde e educação); de novo, para salvar os bancos à custa das pessoas. A austeridade vem em pacotes governamentais sob ameaça da vinda do FMI, o mesmo filme vimos em Portugal.

**5.14. Em Itália está no poder um governo de tecnocratas indicados e não eleitos**, que aplica o mesmo pacote de medidas que nos restantes países intervencionados; esta situação foi provocada pela especulação em volta da dívida deste país, especulação que seguiu a onda de razia das agências de rating ao rating das dívidas dos vários países europeus. A chantagem da dívida já está incutido nas elites neo-liberais de tal maneira que se antecipam à troika e provocam recessões e austeritarismo nos seus próprios países. Neste país, além das consequências das medidas de austeridade, cria-se um precedente perigoso para a democracia, onde, tal como na Grécia, governam marionetes da troika e não os eleitos do povo.

**5.15. Já em Espanha, a situação também se afigura parecida, agora com um governo de direita, ultra conservador**; além das medidas recessivas (que já vinham sendo implantadas pelos governos anteriores), em Espanha a ofensiva do conservadorismo social é grande, querendo-se atacar não apenas direitos laborais, mas também civis e sociais, como é exemplo a questão do aborto. O desemprego está quase nos 24%, a dívida é praticamente toda privada, família real e igreja (a última fase de cortes na despesa equivale ao valor dado a esta instituição, 10 mil milhões de euros) são intocáveis, o investimento público vai diminuindo à velocidade de milhões de euros, mas o povo sofre das medidas de austeridade ao estilo da troika. Mas implantadas pelo próprio governo!

**5.16. A associação entre austeridade e uma concepção conservadora da sociedade e dos direitos**, com particular perigo de retrocesso civilizacional nas conquistas emancipadoras das mulheres, é uma manifestação superação do regime actual pela direita. A austeridade conjuga-se com a estrutura patriarcal, forçando as mulheres a um "regresso ao lar". As mulheres são a maioria nos baixos salários, na precriedade e no desemprego e aumento da exploração do trabalho não pago das

mulheres absorve parte do impacto da brutalidade do empobrecimento. A face austeritária da agenda conservadora manifesta-se igualmente no ataque às políticas de saúde reprodutiva e nas ofensivas, como no caso espanhol, contra a legalização do aborto seja pela via do restauro da proibição, seja pela via da taxaço/punição financeira do aborto. Em suma, assistimos à renovação do conservadorismo a partir das condições sociais geradas pela crise e pelas políticas de austeridade.

**5.17. A austeridade defendida como prevenção pelo capitalismo.** Estamos, então, numa fase do ataque do austeritarismo e do conservadorismo em que basta a mínima ameaça dos mercados para que os governos implantem estas medidas. Mas será errado pensar que se tomam estas decisões para querer salvar uma economia, já provaram que apenas a destroem; o padrão reflecte, assim, um ataque ideológico das diretas europeias aos povos, para favorecimento dos interesses financeiros e dos mercados. Um ataque que tem tido a sua resposta, variada nos diferentes países, mas que merece a nossa reflexão e a nossa resposta.

**5.18.** As eleições francesas representam uma lufada de ar fresco no horizonte europeu dominado pela direita austeritária. Os resultados da Frente de Esquerda são animadores para o reforço da esquerda europeia. A vitória do PS de Hollande está longe de assumir uma alternativa para a Europa da austeridade, mas trará novos contornos e contradições ao eixo franco-alemão. As eleições francesas mostram também como à sombra de cada crise espreita a extrema-direita nacionalista.

**O capitalismo mudou. O neoliberalismo foi atingido no seu âmago com a crise financeira de 2007 e a sua teoria caiu quando os Estados salvaram os mercados.**

**O neoliberalismo que fundou esta crise acaba por entrar em crise com ela. Em Março de 2012, quase cinco anos depois do crash, um dos directores da Goldman Sachs demitiu-se, afirmando que a instituição estava “moralmente falida”. Com a instituição, faliu também a ideologia que ela simbolicamente representava.**

**Assistimos a uma mutação do próprio modelo capitalista. As alterações, apesar de ainda não totalmente adquiridas, marcam o dia a dia. Não é explicável pelo olhar do neoliberalismo muitas das escolhas do capital que merecem a nossa atenção. Num modelo neoliberal não seria expectável que a privatização das grandes empresas portuguesas se transformasse, afinal, numa nacionalização disputada por grandes grupos estatais, desde chineses a alemães, brasileiros ou catarenses. No entanto, assim aconteceu. Até mesmo a ideia da meritocracia, do progresso, da ascensão social, caiu por terra com o discurso da austeridade. Agora é o ressuscitar daquele discurso bafiento do “pobre, mas honrado”. Aos jovens já não se lhes pedem para terem mérito, antes para emigrar. O empreendedorismo já não é uma panaceia para a economia.**

**A globalização era um dos pilares do neoliberalismo e vinha acompanhada pela liberdade de circulação de capitais. Os paraísos fiscais proliferavam e eram o sonho de qualquer capitalista. Depois de 2007, algo mudou. As burguesias estão mais conservadoras, mesmo na vertente económica.**



O neoliberalismo foi atacando com a existência de um Estado Social e um conjunto de direitos laborais que regiam as relações de produção. Hoje enfrentamos uma austeridade ainda mais selvagem e mais conservadora. Um novo regime social vai-se impondo pela violência do capital.

Para travar o progresso social, democracia tornou-se um obstáculo, o capital exige ter os seus representantes directos à frente dos destinos políticos dando origem aos Governos Goldman Sachs. A inevitabilidade corrói as escolhas democráticas e os pacotes de resgate enfrentam a soberania popular.

Assumindo um discurso mais conservador, as burguesias apelam a um reforço do Estado e ao chauvinismo. A Europa do mercado livre quer agora fechar fronteiras. A exclusão social é o resultado da “inevitabilidade” do “já não dá para todos”.

O capitalismo renasce das suas crises encontrando novas narrativas para justificar novos modelos de acumulação e exploração. A luta de classes determina sempre o resultado dessas tentativas. Em qualquer transformação de regime, as regras são ditadas pela relação de forças, ou seja, pelo confronto entre capital e trabalho. Na emergência de um novo regime social e económico dominado pela austeridade, só a resistência e a construção de um programa alternativo, à esquerda, poderá determinar os limites da exploração.

## Tese 2: Espectro político na Europa: entre a resignação e a indignação

Depois dos 30 anos de Estado Social pós II Guerra, o projeto liberal-burguês encontrou nos pilares do neoliberalismo o discurso meritocrático sobre as maravilhas do mercado de oportunidades. Com uma narrativa feita à medida para atacar a unidade, o colectivo e a solidariedade, assistimos ao desmembramento gradual do Estado Social, à desregulamentação do mercado de trabalho e à individualização, dividindo-se e quebrantando-se o proletariado. A austeridade não desmascarou apenas a Europa do capital, denunciou os seus arquitectos.

### 1. ENTRE A RESIGNAÇÃO E A INDIGNAÇÃO

**1.1.** O capitalismo encontrou uma nova fonte de especulação, ao mesmo tempo que construiu o pretexto para uma ofensiva determinada sobre o Estado, seja ele o Estado Social, seja ele o papel do Estado no mercado ou nas relações socio-laborais. O capitalismo virou autoritário e austeritário. Sem apoio das massas, impõe-se pela força e pela narrativa de sentido único. Dizer “Este é o único caminho” é uma chantagem enorme.

**1.2.** **É não só uma mentira, como um discurso que procura instituir o medo e a resignação.** Querem dizer-nos “O caminho para o crescimento é o empobrecimento”, o “caminho para melhorarmos a qualidade de vida é perdermos direitos”. Não aceitamos nem a mentira, nem a chantagem. O caminho passa, em primeiro lugar, pela rejeição da chantagem, pela destruição da resignação e pelo combate ao projeto burguês de acumulação pela concentração, privatização e aumento da taxa de exploração por via da desregulamentação.

**1.3.** **A resignação de parte da população não é sinal de qualquer aceitação** tácita das manobras capitalistas para o empobrecimento gradual da população; muito menos pode ser encarada como um sinal de concordância ou de apoio. Não se confunda a mesma com apoio aos governos da finança e da especulação. Não é um caso em que o raptado se enamora do seu raptor, como bem se percebe pela contestação surda, pela raiva que calam, mas que existe.

A resignação é a resposta desesperada de quem sofre e é explorado e de quem, no seu sofrimento e exploração, não vê saída. Não porque ela não exista, mas porque o discurso de sentido único contamina horas a fio da comunicação social e, talvez mais importante, porque uma parte significativa de partidos que se arrogam de esquerda traíram a

confiança ou, simplesmente, apenas conseguem ter discursos e actos que vão na esteira da austeridade soft.

**1.4.** Tentam construir as diferenças no acessório, mas o núcleo duro da sua política continua a alicerçar-se mais nos interesses da burguesia e do bom funcionamento do capital do que nos interesses do povo. Como é sabido – e tem sido provado com o tempo – não se pode ter as duas realidades no mesmo espaço e no mesmo tempo. O interesse do povo trabalhador não combina com o discurso de concentração-privatização-exploração, por muito soft e delicado que seja!

## 2. QUANTAS VIAS TEM A AUSTERIDADE?

**2.1. O social-liberalismo da terceira via**, que procurava casar capitalismo com funções sociais, iludindo-se na superação da luta de classes - ainda que se mantivesse o regime de exploração capitalista - sucumbiu à realidade. Vivemos tempos de exéquias dessa tentativa de casamento entre capitalismo e socialismo por uma simples razão: a realidade e os seus factos foram pesados demais para a estrutura fantasiosa da terceira via.

**2.2.** A pretensa esquerda social-liberal, da Inglaterra a uma série de PS's por essa Europa fora, governou, sem grandes surpresas, em prol do capital. Guerras como a do Iraque não são feitas em nome do povo nem para o povo: são para o capital. São guerras imperialistas anti-populares. Nelas estavam os partidos social-liberais também. Reformas em torno da flexibilização do trabalho e da precarização da mão-de-obra jovem e qualificada não são feitas em nome dos direitos do trabalho, mas em prol dos 'direitos' do capital. Nelas também estavam os partidos social-liberais. A supressão das funções de saúde e de educação do Estado Social não são em prol da qualidade de vida da população, mas nelas estavam também os partidos social-liberais; como estavam na submissão ao FMI e à especulação promovida pelo Tratado de Lisboa e pelo BCE. Sempre contra a população.

Argumentavam que num mundo pós-material a luta de classes estava superada. Cabia à esquerda as causas pós-materialistas e ao capital a administração económica. Pois quando a luta de classes se agudizou essa 'esquerda social-liberal' desertou e ficou do lado de lá das barricadas: é pela austeridade, contra a população! Estão nos arcos austeritários, como na Grécia, aliados à direita e à extrema-direita, submissos ao FMI; como em Portugal, amarrados numa assinatura juntamente com o PSD e ao CDS na mesma função de submissão; como na França, mesmo com Hollande; como na Espanha, onde o PSOE já praticava austeridade antes do PP vir continuar o trabalho...

**2.3. O social-liberalismo como ideologia está em agonia**, como corpo partidário parece ter ficado do lado de lá da austeridade, juntamente com a direita e com o liberalismo e com o conservadorismo. Não faltam, no entanto, encarnações ou disponibilidades para ocupar esse espaço do 'pós-materialismo'. Não faltam discursos a defender a 'austeridade soft' e os 'sacrifícios com jeitinho'. Vimos essas pretensões na social-democracia – entenda-se a classificação não na sua aceção histórica -, nos partidos Verdes e em epifenómenos como os Piratas.

**2.4. Na Alemanha, o histórico SPD não é uma referência à esquerda**, mas cada vez mais ao centro; o fenómeno Verde tem desiludido até os mais crédulos: da submissão à guerra e ao nuclear, na Alemanha, até à completa irrelevância como alternativa ao projeto capitalista, na França, compreendemos que a recomposição de forças com vantagem para a população não será feito por este ângulo. Dos epifenómenos Pirata encontramos um discurso sectorial, concentrado na discussão entre propriedade e acesso de ficheiros, programa insuficiente para qualquer alternativa à austeridade, entenda-se.

**2.5. De Bertinoti e da Refundação, mais do que a maldição deve ficar a lição.** A esquerda que cede ao capital, no cinismo do jogo-discurso “vamos fazer com que doa menos” lança sobre a população a desesperança, o fim da alternativa, a resignação. Por um lado, com efeitos óbvios e palpáveis para o partido em si (onde anda a Refundação Comunistas hoje em dia?, ou para onde foi o PASOK depois da venda do país à austeridade?); por outro lado, com efeitos sobre a população, privada de alternativa ao discurso de sentido único que com que o capital, autoritário, quer impor os seus interesses.

**2.6. O projecto de esquerda deve garantir a coerência e estabelecer a confiança com a população.** Isso não se coaduna com aventuras ou incursões junto de partidos, governos ou políticas de austeridade soft. Esse é o caminho da desistência e da resignação. À esquerda cabe combater a resignação e transformar a discordância em indignação e força de mudança.

**2.7.** Do lado do capital, a forma como reforçam os orçamentos para as forças de repressão, ou como tendem a evitar cada vez mais a democracia (lembramos os actuais governos grego e italiano, não eleitos; ou mesmo como impuseram um Pacto de Austeridade à Europa à revelia da população) mostra bem como ele está ciente que está a perder o apoio popular. Esse apoio deve ser resgatado à resignação e trazido para um amplo movimento de esquerda, que recomponha as relações de força na Europa.

**2.8. Existem sinais muito interessantes sobre a fertilidade desse caminho:** os resultados do Syriza e dos partidos de esquerda na Grécia ou o recente resultado de Mélenchon na França; o aumento da esquerda na Espanha, mesmo num momento fuga de votos para a direita; o die Linke na Alemanha como projecto que se mostrou sólido mesmo depois de um congresso de clara viragem à esquerda e onde se augurava sobre a abertura de brechas insanáveis; vejamos como se recomporá a

Holanda, onde o Partido Socialista (à esquerda de outros partidos europeus com a mesma denominação) vinha mantendo bons resultados em sondagens e estudos de opinião.

**2.9. Há, portanto, um espaço para a recomposição e para a luta e derrota da austeridade.** Esse é um trabalho só possível por aqueles que se posicionam à esquerda das medidas austeritárias, nada será possível com aqueles que jogam o jogo da austeridade pequenina. A resignação da população terá que ser reinventada como indignação. Cabe à esquerda socialista e popular mostrar coerência e alternativa no seu projecto político! Até agora, social-liberalismo, social-democracia e política verde apenas têm conseguido, com a sua migração para a direita, perpetuar a resignação e o sentido único proposto pelo capitalismo. Não seremos passageiros desse combóio.

**Para a alternativa popular e para a criação de movimento contra a austeridade temos que aprender com a lição Bertinoti e afins, temos que ser capazes de criação de pontes sem ceder no socialismo, temos que conseguir criar confiança e alternativa através de um programa de governo de esquerda onde se revejam pessoas e movimentos que não aceitam o empobrecimento como modo de vida e a austeridade como programa político.**

**A esquerda à esquerda da austeridade soft dos PS's mostra sinais de recomposição e de conquista de apoios importantes. Não ficaremos presos no jogo de negociação da austeridade nem inanimados no 'quanto pior melhor'. Lutaremos pela construção da alternativa e a criação de movimento em torno dessa alternativa. A recomposição é a que vai da resignação à indignação!**

## **Tese 3: Por uma maioria social contra a austeridade**

**A Europa está a ser varrida pela austeridade. Não se cinge aos países da periferia que estão sob o ataque da especulação dos mercados. É a nova narrativa do capital que pretende um aumento brutal da exploração com o ataque ao salário e aos direitos e quer destruir o Estado Social. O capital quer a austeridade enquanto denominador comum na Europa e, por isso, inscreveu-a enquanto tratado europeu e forçou a que vigorasse em textos constitucionais ou para-constitucionais. A austeridade ocupa o centro da política e é a linha que cria demarcações. Contra ela impõe-se um Governo de Esquerda.**

### **1. O CAPITAL AO ATAQUE COM A AUSTERIDADE**

**1.1. O discurso dos mal comportados do sul tentou fazer a moralização da política,** onde a dívida era consequência de quem não se soube governar. Essa foi a chantagem para a aplicação do Semestre Europeu e da aprovação do Tratado de Austeridade, pois, se faltou disciplina, seria no reforço dessa disciplina que se encontrava a solução. Esta é uma visão profundamente ideológica de quem quer desmantelar o Estado Social Europeu e restringir a Democracia às escolhas liberais. Mas, a austeridade é um veneno forte e não poupa até os seus fanáticos seguidores. Na Holanda já levou à demissão do governo e ao rearranjo das forças políticas para fazer um governo de centrista: ainda não está a ser executado o Tratado da Austeridade na sua plenitude e já fez vítimas entre os seus apologistas.

**1.2. A austeridade não é a solução para a crise europeia,** como se percebe semana após semana, em que as nuvens negras nunca deixam de pairar sobre a Europa.

**1.3. A austeridade é uma fuga para a frente de um capital que,** depois de ser socorrido pelos Estados e de acusar a sua fragilidade ideológica, saliva por um aumento da exploração para se salvar, à custa dos sacrifícios dos povos. Enquanto isso a crise europeia vai-se alastrando, sendo agora a Espanha que se encontra no centro das atenções, com uma grande probabilidade de recorrer a um pacote de resgate até ao final do ano.

**À Esquerda o combate é contra a austeridade que destrói vidas, economias e mina a Democracia. Esse é elo que une todas as esquerdas e que delimita o espaço de construção de uma alternativa socialista.**



**1.4. A escolha não é entre austeridade em bruto, ou numa versão soft.** A escolha é pelos direitos, o emprego, o salário e o Estado Social e contra a austeridade que tudo quer levar. A Esquerda tem pela frente o maior dos desafios: conquistar uma maioria social para o combate à austeridade.

## 2. A AUSTERIDADE CAVA MAIS FUNDO A DESGRAÇA DO PAÍS

**2.1. A austeridade deixa um rasto de destruição onde é aplicada.** Em Portugal essa realidade é bem visível: A economia minga a cada dia que passa e o desemprego atinge valores inimagináveis, particularmente entre os jovens. A cada novo pacote de austeridade os resultados dão conta de um país pior, mais pobre, mais desigual e mais condenado ao incumprimento. A austeridade está a destruir a economia e faz disparar o desemprego – entre os jovens a taxa de desemprego já chegou aos 35% e dos que trabalham 40% ganham um salário médio inferior a 600 euros. Não há saída no caminho da austeridade e isso é cada vez mais visível aos olhos de todos. Essa é uma vantagem que temos de aproveitar.

**2.2.** As previsões económicas são consistentemente revistas de pela negativa. Em Agosto passado, o governo previa uma recessão de 1,8% do PIB em 2012, para rever este valor em Outubro para 2,8%, para em Março deste ano indicar que será de 3,3%. Em Agosto passado a taxa de desemprego prevista para 2012 era de 13,2%, em Outubro passou para 13,4% e em Março já estava indicado que seria de 14,5%. A cada nova previsão e a cada nova medida de austeridade também a indicação do endividamento público vai aumentando. E não vai ficar por aqui: A austeridade é um caminho sem saída, uma descida aos abismos da destruição económica. O agravamento da crise é real e atira o país para cada vez mais perto do segundo resgate, um novo pacote de austeridade sob a batuta da troika.

**2.3. A troika é o garante da aplicação da austeridade e assume-se agora como o grande inimigo.** Em primeiro lugar porque se impõe à política do governo, tutelando e vigiando a sua ação. Em segundo, porque o seu poder será crescente. A austeridade é o caminho para reforçar o poder da troika, como se verá mais claramente no segundo resgate.

A troika é o alfa e o ómega do projeto político em curso. A troika está a implementar o sonho adiado da burguesia portuguesa. Os donos de Portugal ansiavam por estas mudanças desde o 25 de Abril.

**2.4.** Pedro Passos Coelho já o afirmou, dizendo que este programa era o programa que o PSD queria aplicar. Queria, contudo nunca tinha conseguido. E tudo está a acontecer a uma velocidade estonteante. Em apenas 8 meses já alteraram as regras laborais – em que a precariedade se torna a regra –, reduziram salários, restringiram serviços públicos, cortaram apoios sociais, privatizaram empresas públicas e tudo se garantiu ao capital financeiro.

**2.5. As “reformas estruturais” são uma verdadeira mudança de regime em favor do capital.** O combate à troika é central na luta contra a austeridade, a imposição estrangeira e o seu governo. A troika é a austeridade e a austeridade é a troika. Quem escolhe a austeridade coloca-se ao lado da troika contra as pessoas. No ataque aos direitos, aos serviços públicos, aos apoios sociais, no desprezo e na prepotência perante as pessoas, essas são as manifestações da troika.

### 3. COMO CONSTRUIR A RESISTÊNCIA?

**3.1. A austeridade tenderá a ser cada vez mais insuportável e tem demonstrado que não é alternativa.** O descontentamento tenderá a generalizar-se. Os vários movimentos de “indignados” que surgiram na Europa, no processo das revoltas árabes e nos Estados Unidos da América através do movimento “Occupy Wall Street”, são a marca mais espontânea do descontentamento que contagia sectores cada vez mais amplos da sociedade. Apesar do seu carácter “desorganizado” e muitas vezes contraditório na política, estes protestos trouxeram para o campo da opinião pública a ideia de uma contradição profunda entre a maioria da sociedade e o 1% que a domina. Em todas as suas debilidades e variações (de país para país) a capacidade de mobilização destes protestos populares não deve ser ignorada.

**3.2. Em Portugal, a manifestação de 12 de Março** de 2011 foi o ponto mais alto destes protestos. Contudo, o protesto não teve consequência eleitoral e a direita acabou por ganhar com maioria absoluta. A realidade mostrou, portanto, que a indignação gerou o protesto, mas não a mobilização por uma alternativa. É esse o desafio, criar sinergias mobilizadoras e transformadoras. A Esquerda terá de saber comunicar para responder ao grito de uma geração, desenvolvendo nas ruas e no parlamento um combate cada vez mais radical ao governo da Troika e à tecnocracia instalada. Todos os movimentos de contestação à austeridade deverão ser valorizados e ampliados, porque essas lutas são o fermento da alternativa.

**3.3. A luta no mundo do trabalho tem características particulares, mas é de maior importância.** O aumento da exploração faz-se através da dinamitação de regras laborais, da precarização e do ataque à contratação coletiva. Este é também o ataque aos sindicatos e às suas estruturas. No mundo da globalização, o capital procura a atomização das relações laborais, procurando deixar cada trabalhador à sua sorte para mais facilmente se aproveitar dele, é a imposição da individualização das relações de trabalho. Perante este ataque, impõe-se um maior empenho colectivo e individual, uma maior participação e intervenção, respeitando sempre a autonomia dos movimentos, nos movimentos das comissões de trabalhadores (CT's), do sindical e do social.

**3.4. A disputa de maiorias sociais exige a recusa da tradição de imposição de correias de transmissão nos movimentos sociais.** O BE estimula a participação e intervenção política dos que constituem redes de intervenção social, determinantes para o seu alargamento como partido de massas. E isso exige mais organização por

sectores e empresas nas disputas políticas e sociais. Tarefa nacional que cabe a todo o Bloco de Esquerda.

**3.5.** Exige que mais activistas se candidatem a dirigentes, delegados sindicais ou a CTs. Exige que os activistas de uma empresa ou de um sector se encontrem para escolher as melhores formas de acção colectiva. Exige que os activistas dos movimentos sociais reflectam sobre a sua acção e, dentro do partido, sobre a sua experiência, coordenação e intervenção.

“Dividir para reinar” é o lema do capital: colocando trabalhadores do privado contra trabalhadores públicos, trabalhadores precários contra trabalhadores efetivos, desempregados contra desempregados, cada um contra o outro. Esta é também uma das faces da austeridade.

**3.6.** Neste contexto é essencial romper com a resignação para fazer frente e esta ofensiva do capital. Se eles querem dividir, é altura de juntar as lutas com mais força: nos sindicatos, comissões de trabalhadores ou grupos de precários. Todo o espaço de luta é essencial e deve ser valorizado, criando sinergias entre as lutas para uma mobilização comum contra a agenda do aumento da exploração. A alternativa à troika constrói-se na maturação das lutas e na capacidade de interligação delas: assim se forma a maioria social de combate à austeridade.

#### 4. GOVERNO DE ESQUERDA CONTRA A AUSTERIDADE

**4.1.** A proposta de um Governo de Esquerda contra a austeridade é a resposta da Esquerda à inevitabilidade. Não se trata de uma mera definição tática sobre alianças ou posturas eleitorais. É uma ferramenta estratégica no caminho para a construção de uma maioria social de apoio a um governo transformador. Um governo contra a austeridade resulta de um movimento de massas e tem de ser construído como tal. Por outro lado, aponta-nos o caminho do partido de massas, capaz de criar sinergias e diálogos, que não se guetiza na contestação. Antes procura ser poder para alterar a sociedade por uma política de esquerda, democrática, capaz de trazer justiça e democracia à economia e de criar emprego, que combata a desigualdade e a precariedade, que garanta serviços públicos universais e com qualidade, a sustentabilidade ambiental e que defenda a paz e a solidariedade. Assim tem sido o Bloco de Esquerda e assim terá de ser para responder a esta exigência.

**4.2.** Um governo de esquerda nasce de uma ruptura social e não apenas a partir de resultados eleitorais ou de meras somas partidárias. É um governo que coloca o combate à troika e à austeridade como o seu centro tático, porque defende o Estado Social, os direitos, o emprego e os salários. Mas, é também, uma enorme aliança capaz de mudar a relação de forças da sociedade e de romper com as políticas do governo da troika. Para isso teremos toda a abertura na construção desta alternativa capaz de ser aglutinadora de uma força transformadora. Será uma aliança

social com todos os que queiram romper com a inevitabilidade, de quem não troca valores nem ideais por lugares.

A tarefa de um Governo contra a austeridade será imensa mas passa, primordialmente, por resgatar a herança de Abril daqueles que a querem enterrar.

**4.3.** É um Governo com uma visão para a economia que coloca as pessoas no centro da política e à frente dos mercados, tendo a criação de emprego como prioridade. Que não aceita um Estado que se demita das suas funções e, por isso mesmo, terá uma voz forte na economia, nacionalizando os sectores estratégicos que foram sendo rapinados por privados, e concretizando uma política de investimentos públicos nos sectores da agricultura, pecuária e pescas, na indústria e nos serviços. E terá uma política fiscal que obrigue o capital a pagar impostos, ao contrário das facilidades que hoje existem. Será um governo que atacará a financeirização do país, defendendo uma industrialização geradora de competências e emprego, e terá uma forte posição no sistema financeiro, também no sector segurador, garantindo capacidades de financiamento da economia e das exportações. É um governo que responde ao problema do financiamento porque não hesita na renegociação da dívida; que não desiste da Europa porque insiste em criar nela os instrumentos para o emprego e o crescimento; que reafirma a democracia porque reclama a soberania popular como fonte de legitimidade, e não os mercados financeiros.

**4.4. O Governo de Esquerda terá uma política defensora de um desenvolvimento sustentável e sustentado, com uma clara política ecológica.** Será uma aliança com todos os homens e mulheres que tomarem partido pela justiça social, a emancipação, a democracia, a paz e a conservação da natureza. E porque é um governo democrático ao serviço das pessoas, recusa o imperialismo e a política da guerra. Por isso tirará Portugal da NATO, eliminando a presença de militares portugueses no Afeganistão.

**4.5. O Governo de Esquerda materializa-se a diversos níveis,** mas, também, na perspectiva autárquica. Também neste contexto é a luta contra troika e a austeridade e pela democracia local que marca a linha de água na construção de alternativas. A primazia será a da afirmação de convicções, das escolhas políticas das quais não abdicamos, dos serviços públicos, da política ambiental, da recusa da privatização da água e de outros bens estratégicos, do combate à especulação imobiliária, da defesa da participação e da democracia, do combate à corrupção e sempre em defesa das populações. E, aqui, o desafio será o da coragem para enfrentar as eleições onde a bipolaridade assume um maior peso, colocando a política e a defesa dos interesses das pessoas no topo das nossas escolhas. Recusamos o resultado previsto de um acordo CDS-PSD-PS para a revisão das leis eleitorais autárquicas no sentido de atacar a democracia e a cidadania locais e a representação autárquica da esquerda.

**À esquerda procuram-se as maiorias sociais que rompam com o centro austeritário. O Governo de Esquerda é esta força de esperança e alternativa. Uma força aglutinadora da vontade de transformação social de quem quer romper com a austeridade e com a dividocracia. Quanto mais forte esta alternativa, mais forte a sua capacidade para alcançar essa maioria social na busca do Socialismo moderno.**

**O Bloco de Esquerda, assumindo como centro táctico a luta contra a Troika, deve assumir-se como arquitecto e protagonista desse governo. Para isso os marxistas da UDP darão o seu contributo, defendendo a identidade fundadora do partido que é também o nosso projecto. Essa é a garantia que nos exige a luta de classes.**